

# Congresso autoriza subsídio para eleição

Delegados no CONGREJUSC também mudaram composição da Diretoria



Plenária modificou vários artigos do Estatuto do Sindicato

Foto de Rodrigues José Viana

**Comissões irão discutir  
distribuição das FCs  
no TRT e na Justiça Federal**

***Página 4***

**Sindicato terá  
Coordenação  
de Aposentados**

***Página 3***

# Delegados aprovam subsídio para campanha eleitoral

## Conselho Fiscal irá fiscalizar e julgar prestação de contas



O Congresso Extraordinário do SINTRAJUSC, realizado nos dias 8 e 9 de março na sede social do Campeche, em Florianópolis, aprovou o fornecimento de subsídio para as chapas que concorrerem à eleição para a Diretoria do Sindicato.

O subsídio será de 6% da média da receita do primeiro semestre do ano da eleição, não ultrapassando o percentual de 2% dessa média por chapa. A alteração no artigo 49 foi uma das Reformas Estatutárias debatidas e aprovadas no Congresso, que também elegeu delegados para a XIV Plenária Nacional da Fenajufe, nos dias 28 a 30 de março em Recife, Pernambuco.

Uma das primeiras discussões foi se diretores do Sindicato poderiam ou não ser delegados natos no CONGRESSO, tema sobre o qual não havia menção no Estatuto. No dia 8, os três Grupos de Trabalho discutiram o assunto e, na Plenária, dia 9, foi aprovado que os membros da Diretoria Executiva do SINTRAJUSC, liberais ou não, sejam delegados natos no Congresso.

### Tese

Apenas uma tese foi apreciada na Plenária, apresentado pelo delegado

Fotos: Míriam Santini de Abreu



Plenária também aprovou delegados para a Plenária da Fenajufe

Terushi Kawano. Ele sugeriu a criação de Gratificação de Atividade de Perícia na Justiça Federal para os servidores – Analistas e Técnicos Judiciários - que exercerem atividade relacionada às perícias apresentadas nos processos judiciais. A proposta, aprovada, será encaminhada para o I Encontro Nacional da Fenajufe sobre Plano de Carreira, no dia 28 de março.

### Plenária da Fenajufe

Após a Reforma Estatutária, foram eleitos os delegados do SINTRAJUSC na Plenária da Federação.

Como um dos itens da pauta é a previdência pública e complementar, aprovou-se que os representantes eleitos do Sindicato defendam a previdência pública para todos os trabalhadores, bandeira histórica dos servidores públicos federais.

Os delegados eleitos foram Miguel Inácio de Souza Neto, Gerson de Macedo, Caio Rubens Cruz Teixeira, Laercio Flavio Bonamigo e Adenir Lourdes Canônica Barbom, além de Paulo Roberto Konski (que vai pela Diretoria do Sindicato e integrou a nominata de delegados ao Congresso).



Três grupos de trabalho discutiram a Reforma Estatutária na tarde do dia 8

# Confira outras mudanças no Estatuto do SINTRAJUSC

## Eleição

A questão debatida foi se a Diretoria deveria ser majoritária (a chapa vencedora fica com todos os cargos) ou proporcional (os cargos são divididos entre as chapas de acordo com o número de votos). Os delegados decidiram que o regimento de cada eleição é que vai definir a forma de composição. A mesma decisão vale para a forma de votação dos aposentados, se por correspondência e/ou presencial.

## Congresso

Com o novo Estatuto, os delegados representantes dos aposentados serão eleitos em reuniões convocadas também nas cinco regionais. Até agora, a reunião para a escolha dos delegados era feita somente na Capital, na reunião do Núcleo de Aposentados.

## Composição da Direção

A Diretoria Executiva do SINTRAJUSC será constituída por 16 membros, e não mais 18. A Coordenação de Cultura, Promoção Social e Esporte, a de Comunicação e Imprensa e a de Formação Sindical irão ter apenas um coordenador (eram dois). Foi criada uma coordenação nova, para Assuntos de Aposentadoria e Pensão, com um coordenador que terá as seguintes atribuições:

- a) implementar a política de aposentados e pensionistas definida pela Diretoria Colegiada;
- b) estabelecer política global em defesa dos interesses dos trabalhadores em questões relativas à previdência;
- c) incentivar, apoiar e acompanhar a organização dos servidores aposentados, integrando-os nas atividades do sindicato;
- d) coordenar as atividades em defesa dos participantes dos fundos de pensão e entidades de previdência privada e complementar.

## Conselho Fiscal

A eleição do Conselho Fiscal, que terá mandato de três anos, deverá ser realizada um ano após a posse da Diretoria eleita. Como a próxima Direção do Sindicato irá tomar posse em dezembro de 2008, o mandato do atual Conselho Fiscal foi prorrogado até dezembro de 2009. Às competências do Conselho Fiscal, detalhadas no artigo 25 do Estatuto, foi acrescentada mais uma: fiscalizar e julgar a prestação de contas referente aos subsídios recebidos pelas chapas inscritas na eleição para o Diretoria do SINTRAJUSC.



Normélia e Manoel: representação dos aposentados



TRT na Plenária: Ricardo, André e Feijó (esq. para dir.)



Terushi defendeu a única tese do CONGREJUSC

# Agora a luta é pela carreira

Coordenador da Fenajufe defende cargo único



López (à esq.): Constituição Federal impede a ascensão funcional

Depois de lutarem pela aprovação de três PCSs, os servidores do Judiciário reiniciam o debate sobre a criação de uma carreira.

O assunto será discutido no I Encontro Nacional de Fenajufe sobre Plano de Carreira, no dia 28, em Recife, Pernambuco, e também foi tratado, no primeiro do CONGREJUSC, por um dos coordenadores gerais da Federação, Ramiro López.

Ele disse que, com a aprovação do PCS, conseguiu-se um patamar razoável de vencimentos, o que permite agora a possibilidade de ampliar a discussão de temas como carreira, assédio moral e condições de trabalho. Ramiro ressaltou que o instrumento básico para viabilizar a carreira é a ascensão funcional e defendeu o cargo único no Judiciário.

## Concurso

Desde 1988, a Constituição Federal impede a ascensão, determinando que o acesso a cargo público ocorra somente por concurso.

No caso do Judiciário Federal, disse Ramiro, o servidor sobe 15 referências na tabela e a partir daí não tem mais como se movimentar na carreira, o que pode levar, por exemplo, ao desinteresse pela qualificação profissional, comprometendo a qualidade do trabalho do Judiciário junto à população.

A Fenajufe não tem proposta fechada de carreira e, no debate com os delegados, surgiram várias propostas, como a vinculação da remuneração dos servidores ao subsídio dos juízes. Ramiro disse que essa é uma luta antiga, mas a dificuldade é o efeito-cascata, com o aumento que viria quando os juízes reajustassem os seus salários. Haveria oposição dentro do próprio Judiciário a essa proposta.

Também foi sugerida a criação do cargo de Assistente Judiciário e citada a necessidade de profissionalização do servidor e do Judiciário, não apenas com a realização de curso superior, e sim com a qualificação em conhecimentos específicos para o trabalho. Outra sugestão se relacionou com a forma de concessão das FCs, que poderia ter critérios baseados no grau de responsabilidade assumida pelo servidores.

## Propostas

Ramiro falou que o aumento da quantidade de referências no Plano, uma das mudanças sugeridas, esbarra na questão do limite financeiro e até, em muitos casos, da aproximação do vencimento de Analistas Judiciários com o de juízes, o que não facilitaria a discussão no âmbito do Judiciário. Para ele, o caminho é levantar propostas e analisar todas elas para apresentar uma versão que contemple as necessidades da categoria.

## Assembléias irão discutir distribuição de FCs



O SINTRAJUSC fará assembléia no TRT no dia 4 de abril, às 13h, e na JF no dia 7 de abril, às 17h, para dar os informes da plenária da Fenajufe e discutir a formação da comissão que vai apresentar proposta para a distribuição das FCs que eram dos Oficiais de Justiça.

A proposta foi aprovada por maioria no CONGREJUSC. Denize Zavarize, da Coordenação do Sindicato, explicou que, na JF, a tendência é que as FCs sejam levadas para o TRF em Porto Alegre, mas deveriam, na avaliação do Sindicato, ficar na 1ª Instância. No TRT, as FCs vagas foram destinadas a servidores que atendem o público no balcão.

## Proposta

O Sindicato tentou, junto à Presidência do Tribunal, abrir uma discussão mais ampla sobre o assunto, mas isso somente vai acontecer a partir do alocamento de novas FCs.

A idéia é que a 1ª Instância apresente proposta, via Sindicato, para o destino das FCs vagas dos Oficiais de Justiça à medida que for implantado o PCS3. Para isso será criada a comissão, com servidores de Varas do interior, da JF e do TRT.